

LDO 2007

Após aprovação de mais verbas para a educação pela CFO, manobra quer inviabilizar votação em plenário

Deputados da base governista tentam evitar exposição em vésperas de eleição

Até o fechamento desta edição, em 20 de setembro, a situação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007, na Assembléia Legislativa de São Paulo (Alesp) continuava num impasse. Após a votação do relatório pela Comissão de Finanças e Orçamento (CFO), em 29 de agosto, que contempla um aumento de recursos para a educação pública, o próximo passo seria a aprovação em plenário, mas isso não aconteceu até o momento. O relatório da CFO prevê o aumento de 30 para 31% do total das receitas do estado para o conjunto da educação pública; 10,43% do ICMS para as universidades estaduais paulistas; dotação de 1% do ICMS para as escolas técnicas (ETE's) e faculdades de tecnologia (FATEC's) do Centro Paula Souza.

Para entrar em plenário, o texto aprovado na CFO deveria ser publicado no Diário Oficial, prerrogativa que cabe ao presidente da Alesp, o deputado pefelista Rodrigo Garcia. No entanto, por razões "obscuras", Garcia somente providenciou a publicação no DO no dia 6/9 e, depois disso, evitou colocar a matéria na ordem do dia do plenário, como seria o seu dever. O presidente da Alesp tem sido conivente com as manobras encabeçadas pelos deputados Edson Aparecido (líder do PSDB na casa), Vaz de Lima (vice-líder do PSDB), Campos Machado (líder do PTB) e outros da tropa de choque governista.

Pela avaliação do Fórum das Seis e do Sintunesp, trata-se de uma manobra para evitar que os deputados governistas (PSDB, PTB, PPS), ligados ao atual e ao provável futuro governo, tenham que se expor à avaliação popular. Em suas campanhas, todos falam que são a favor da educação e votar contra o aumento de recursos para a educação pública, agora, seria bastante comprometedor.

Situação esdrúxula

No dia 13 de setembro, o Fórum das Seis realizou uma reunião nas dependências da Alesp, aguardando poder

intervir na reunião do Colégio de Líderes, que reúne os "mandachuvas" de todos os partidos, o que não foi permitido. A intenção do Fórum era obter a convocação de uma sessão extraordinária da casa, tendo como pauta única a LDO 2007.

Se concretizada, a manobra governista submeterá a sociedade paulista a uma situação irregular e imoral: a interferência direta, sem disfarces, do Executivo junto ao Legislativo. É a LDO/2007, aprovada pela Alesp, que deve apontar as linhas gerais e orientar a elaboração da Lei Orçamentária (LO/2007), a ser enviada ainda neste ano pelo governador. A LO traduz em números o que é aprovado pela LDO.

Bloquear a votação da LDO, portanto, significa um ato ditatorial do Executivo e uma vexatória submissão do Legislativo. Uma vergonha para a sociedade paulista!



A votação na Comissão de Finanças e Orçamento, no dia 29/8: comunidade acadêmica presente

Como foi a votação na Comissão

O plenário Teotônio Vilela ficou repleto na noite de 29 de agosto, durante a sessão da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa. Após muitas tentativas de obstrução por parte do representante tucano, o deputado Vaz de Lima, finalmente foi aprovado o parecer do deputado Edmir Chedid ao PL 225/06 (LDO/2007), contendo as emendas com aumento de verbas para a educação pública de São Paulo (veja a seguir).

A votação registrou seis votos a favor (Renato Simões/PT, Mário Reali/PT, Edmir Chedid/PFL, Caldini Crespo/PFL, Romeu Tuma Jr./PMDB e Paulo Sérgio/PV). O deputado Waldir Agnello/PTB votou a favor, mas com restrições. Os deputados Vaz de Lima/PSDB e Arnaldo Jardim/PPS foram contrários.

Para a educação, o parecer aprovado prevê o seguinte:

- Aumento de 30 para 31% do total das receitas do Estado para o conjunto da educação pública;
- 10% do ICMS para as universidades estaduais paulistas;
- 0,43% do ICMS para as universidades estaduais paulistas, para contemplar a expansão;
- Dotação de 1% do ICMS para as escolas técnicas (ETE's) e faculdades de tecnologia (FATEC's) do Centro Paula Souza.

Embora não representem a totalidade das reivindicações históricas do movimento (33% das receitas para o conjunto da educação pública, 11,8% do ICMS para as universidades e 2,1% para o Centro Paula Souza), as propostas incluídas no relatório da Comissão de Finanças e Orçamento significam um avanço, fruto da mobilização constante da comunidade acadêmica.

Expediente

Jornal do Sintunesp é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores da Unesp.

Praça da Sé, 108, 4º andar.
Centro (SP).
Fone: (11) 31050645.
Sub-sede Botucatu:
(14) 3882-8826

E-mail:
sintunesp@uol.com.br

Site:
http://sites.uol.com.br/
sintunesp/

Jorn. resp.: Bahiji Haje
(Rg. 19.458)